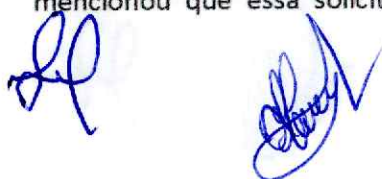
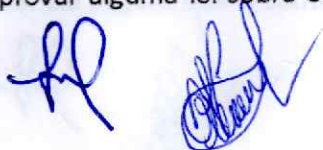


Ata nº849 da 4ª Sessão ordinária 9ª Legislatura, 1ª Legislativa da Câmara Municipal de Durandé, Estado de Minas Gerais na sua Sede Rua Antenor de Paiva Condé, 28 Bairro Santa Edwiges aos dezoito dias de março de dois mil e vinte e cinco. A presidente Sirlei Guerra Paiva, após cumprimentar seus pares, os que acompanham via rede social, assessoria jurídica e demais presentes, solicita ao secretário Carlos Renato Schuenck que faça a chamada dos Vereadores, constatando haver quórum regimental com a presença de todos os Vereadores, declara aberta a presente sessão. A presidente da sessão, Sirlei, informa que as atas foram enviadas aos Vereadores e coloca-as em discussão e votação, sendo aprovadas. Em seguida, convida o Vereador Carlos Renato para fazer a leitura da bíblia. Logo após, informa que a ata foi enviada para os Vereadores e entra em discussão e em votação sendo aprovada por unanimidade. Passa-se ao expediente do dia, segundo turno do projeto de emenda à lei orgânica Municipal número 05/2025, a presidente solicita ao secretário ad hoc Mateus Porfiro, que faça a leitura do parecer do projeto de emenda, o projeto entra em votação, sendo aprovado, constando votos em contrário dos Vereadores Valdir, Michelle e André. Com a palavra, o Vereador Pedro Benfica expressou sua preocupação com um projeto da prefeitura que afetaria os direitos dos funcionários contratados. Ele enfatizou a importância de que esses trabalhadores estivessem cientes das mudanças propostas. O Vereador apresentou uma emenda aprovada pela comissão, que garante que a nova lei se aplicará apenas aos servidores contratados a partir daquela data, assegurando que os direitos dos funcionários já em exercício permanecerão intactos. Pedro Benfica demonstrou confiança de que o Prefeito respeitará essa emenda e agradeceu aos colegas Vereadores e aos funcionários presentes. A presidente informa que o projeto de lei nº 08/2025 foi retirado de pauta e pede que o secretário ad hoc faça a leitura do projeto de lei 010/2025 que institui e dispõe sobre a criação do programa municipal de incentivo à doação de alimentos e banco de alimentos no âmbito do município de Durandé e dá outras providências, após a leitura informa que o projeto será encaminhado para a comissão de cultura, assistência social, saúde e educação e para a comissão de serviços públicos, agricultura e meio ambiente. Passa-se à leitura do projeto de lei 011/2025 que institui e dispõe sobre a política e o sistema de segurança alimentar e nutricional do município de Durandé e dá outras providências e informa que será enviado para a comissão de cultura, assistência social, saúde e educação e para a comissão de serviços públicos, agricultura e meio ambiente. Na sequência pede que o secretário ad hoc faça a leitura do projeto 012/2025 que institui e dispõe sobre a denominação do centro especializado de atenção multidisciplinar Fabiana de Oliveira Noé e o encaminha para a comissão de Finanças, Justiça, Legislação e orçamento. Passa-se à leitura do projeto de lei 013/2025 que autoriza o executivo municipal a promover repasse de subvenção à associação de pais e amigos dos excepcionais – APAE de Manhumirim e dá outras providências, informa que o projeto será encaminhado para a comissão de cultura, assistência social, saúde e educação e também para a comissão de finanças, justiça, legislação e orçamento. Leitura do projeto de lei 014/2025 que institui e dispõe sobre a concessão de um dia de folga ao servidor público no dia do seu aniversário e dá outras providências, e informa que o projeto será encaminhado para a comissão de finanças, justiça, legislação e orçamento. Passa-se à leitura das indicações 19, 20 e 21. Na reunião, o Vereador Valdir fez um pedido em nome da comunidade de São José do Geronídeo, destacando a necessidade de calçamento entre a escola e a Igreja Católica. Ele mencionou que essa solicitação surgiu após conversas com servidores e pais que



frequentam a escola, ressaltando que a área é propensa à poeira e que o calçamento beneficiaria tanto a escola quanto a igreja, que recebe muitos visitantes. Valdir reforçou a importância do pedido para a comunidade e solicitou apoio dos demais Vereadores. A indicação foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. O Vereador Antônio Ramos aborda um problema antigo relacionado à falta de espaço no cemitério da cidade. Ele relembra que já havia proposto a ampliação do cemitério ao ex-Prefeito Zé Elias, que concordou, mas não executou o projeto, priorizando a construção do portal de boas-vindas da cidade. O Vereador destaca a necessidade urgente de recursos para expandir o cemitério, pois não há outra área disponível para um novo. Ele menciona que, no passado, um terreno foi oferecido por R\$180.000, mas a compra não foi realizada. Agora, o problema persiste e precisa ser resolvido pelo atual Prefeito, buscando recursos para viabilizar a ampliação e a construção de uma capela velório, já que a existente é privada e exige pagamento. A Vereadora Michelle responde às acusações de que seria responsável pela escolha de investir no portal de entrada em vez da ampliação do cemitério. Ela esclarece que, quando solicitou a emenda ao deputado João Magalhães, o Vereador que a acusa não estava presente. Destaca que seu objetivo nunca foi prejudicar Durandé e que cada Vereador tem o direito de solicitar emendas aos deputados de sua escolha. Explica que a emenda para o portal foi específica e não poderia ser redirecionada para outra finalidade, como a ampliação do cemitério. Ela reforça que há emendas com destinação fixa e outras mais flexíveis, finalizando que a decisão não foi dela, mas sim uma exigência da própria emenda. O Vereador Flávio André esclarece que, ao contrário do que foi dito, ações foram realizadas no cemitério quando ele era secretário de obras. Ele menciona que houve uma ampliação na área dos fundos, criando novos espaços, embora a compra de um terreno na parte da frente não tenha sido concretizada. Destaca que, mesmo sem um acordo definitivo, foi feita uma solução alternativa que tem funcionado. Após sua fala, a indicação entra em votação e é aprovada por unanimidade. O Vereador Antônio Ramos reforça a necessidade urgente de melhorias no saneamento básico de Durandé, destacando que a cidade enfrenta problemas recorrentes com rompimentos nas redes de esgoto e pluvial, que estão interligadas. Ele menciona que, com o crescimento populacional, a infraestrutura existente se tornou insuficiente. O Vereador lembra que, em 2021, protocolou um pedido de saneamento junto à Secretaria do Governo, mas nenhuma ação foi tomada. Ele critica soluções paliativas e cobra do Executivo e dos demais Vereadores um esforço conjunto para obter recursos e resolver o problema de forma definitiva. Além disso, menciona problemas estruturais no cemitério da cidade, afirmando que as obras foram mal planejadas e paralisadas. Ele reforça que a situação exige comprometimento e planejamento adequado, pois remendos e improvisações não são soluções viáveis para a cidade. O Vereador Flávio André responde às críticas sobre a falta de ações no cemitério, esclarecendo que, enquanto foi secretário de obras, iniciou a construção de uma parede e que esta foi feita com ferragens adequadas, permanecendo de pé até hoje. Ele destaca que sua atuação teve limitações, pois não era Prefeito, e que fez o possível dentro de suas atribuições. Além disso, menciona que a ampliação realizada foi a única solução viável na época. Após sua fala, a indicação entra em votação e é aprovada por unanimidade. O Vereador Flávio André menciona um vídeo que assistiu sobre a reintegração de posse de um lote ao lado da prefeitura. Ele afirma que, apesar de querer que o espaço fosse utilizado para construções voltadas à assistência social, discorda da forma como a ação foi conduzida. Segundo ele, a retomada do imóvel

ocorreu sem um mandado judicial válido, o que pode gerar problemas legais. Ele relembra que o terreno havia sido cedido por 30 anos para a antiga Telemar por decisão da Câmara na época do Prefeito Hélio Paiva. Flávio destaca a importância de seguir os trâmites legais para evitar conflitos e prejuízos ao município. O Vereador Antônio Ramos comenta sobre a retomada de posse do imóvel ao lado da prefeitura, afirmando que, independentemente de estar certo ou errado, a ação evita que o município continue pagando altos valores em aluguel. Ele destaca que, se o procedimento fosse realizado há anos, essa despesa já teria sido evitada. Antônio ressalta que a questão pode gerar disputas judiciais, mas, enquanto isso, o município pode usufruir do imóvel, ao invés de deixá-lo desocupado e continuar gastando com aluguéis. A presidente Sirlei explica que, até onde tem conhecimento, o Prefeito solicitou a retirada dos itens do imóvel porque o local não estava sendo utilizado há muito tempo e poderia servir para outro serviço municipal. Segundo ela, os responsáveis pelo espaço não deram satisfação sobre o pedido. Ela menciona que o Prefeito documentou toda a ação e que ela, juntamente com outros Vereadores, esteve presente no momento. Sirlei reforça que, caso alguém considere a atitude do Prefeito errada, pode recorrer à justiça, mas destaca que o imóvel estava parado e sem uso pelo município. O Vereador André esclarece que é totalmente favorável à retomada do imóvel pelo município e está disposto a apoiar até mesmo uma ação na justiça, se necessário. No entanto, ele destaca que a justiça negou o direito de posse ao município porque, no passado, os Vereadores votaram a favor da cessão do espaço. André reforça que não é contra a iniciativa de reaver o imóvel, mas critica a maneira como a posse foi retomada, considerando que o correto seria buscar a anulação judicial da concessão antes de qualquer ação. Ele sugere que um projeto seja enviado à Câmara para que os Vereadores possam votar sobre o assunto de forma legal. A presidente Sirlei informa que a Polícia Militar esteve presente durante a ação e que um boletim de ocorrência foi registrado. Ela reforça que o Prefeito já havia solicitado a desocupação do imóvel, mas não recebeu resposta nem ação por parte dos ocupantes, o que levou à decisão de retomá-lo. O Vereador Carlos Renato sugere que, caso seja necessário, a Câmara de Vereadores possa votar uma nova lei que revogue a lei anterior, permitindo que o município tome as providências necessárias. Ele menciona que na época em que a decisão foi tomada, a justiça negou, mas acredita que agora é possível revogar a lei anterior para resolver a situação. O Vereador André responde ao Vereador Renato, afirmando que a documentação sobre o caso foi analisada e que a concessão foi feita por 30 anos, com a aprovação da Câmara na época. Ele reforça que a decisão foi tomada devido à necessidade da população, mas pede cautela na abordagem do assunto. André sugere que, se necessário, um projeto seja enviado à Câmara, e ele votará a favor da reintegração da posse, mas ressalta que deve ser feito via judicial, pois a documentação está formalizada. O Vereador Antônio Ramos comenta que, em sua opinião, o Prefeito agiu corretamente ao retomar o imóvel do município, já que ele representa o município e está economizando aluguel. Ele critica a prática de pagar aluguel por algo que é do município, mencionando que o município gastou muito com aluguel no passado, inclusive para itens como uma máquina de café, que nunca teve benefício real. Antônio destaca que, quando o projeto de lei foi aprovado no passado, Durandé precisava de telefonia, e a concessão foi feita para essa necessidade, mas hoje, com o imóvel parado, o município está pagando aluguel sem necessidade. Ele defende que a reintegração de posse é justa, pois o imóvel é do município, e se for necessário aprovar alguma lei sobre o assunto, ele votará a favor. O Vereador Carlos Renato se



posiciona de forma neutra, afirmando que não é contra nem a favor da ação do Prefeito. Ele reconhece que o jurídico do Prefeito está cuidando da situação e que, caso necessário, a Câmara pode atuar, inclusive aprovando um projeto de lei para resolver o problema, se for o caso. Ele sugere que, se for necessário, a Câmara pode tomar as medidas legais para retomar o imóvel. O Vereador Pedro Benfica expressa que a discussão sobre o assunto está sendo repetitiva e considera que já foi abordado diversas vezes. Ele acredita que, se for o caso de entrar na justiça, quem deve fazê-lo é a empresa (como a Telemig), e não o município de Durandé. Ele sugere que, caso a empresa não entre com uma ação, o município pode continuar utilizando o espaço, já que a empresa não está mais utilizando o imóvel. O Vereador Luciano faz um convite à população de Durandé para participar de um evento no próximo dia 21, sexta-feira, no São João da Figueira, onde o Deputado Enes Cândido estará presente para anunciar a conquista do asfalto, com a promessa de 4 km já conseguidos e a possibilidade de mais 2 km. Ele também informa que há uma pendência com o INSS, que está impedindo a liberação de um valor de aproximadamente R\$ 1,3 milhão para o município. O Prefeito está indo a Belo Horizonte para tentar resolver a situação, que é um débito deixado pela gestão anterior. Luciano destaca que, caso o problema não seja resolvido, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) pode ser bloqueado, o que prejudicaria o pagamento dos funcionários. Ele ainda menciona que acredita que o asfalto será uma realidade este ano e finaliza perguntando sobre a situação de uma máquina que está pendente, com o Vereador André esclarecendo que a documentação está em ordem, mas a questão ainda não foi resolvida. O Vereador André esclarece que a questão pendente mencionada pelo Vereador Luciano sobre o processo licitatório foi já explicada, e agora cabe ao Prefeito resolver o problema diretamente em Brasília. Ele reforça que o que estava sendo questionado anteriormente era sobre a diferença no valor do processo de compra e venda, em que o item foi comprado por R\$ 370 e vendido por R\$ 468, deixando claro que o assunto está bem compreendido e deve ser resolvido pela administração municipal. O Vereador Luciano menciona que vai pedir para chamar o Vereador Valdir e outros envolvidos para irem ao departamento ou local necessário. O Vereador Valdir responde que não foi comunicado nem convidado, mas que está à disposição para ir, e, se for convidado, irá. Ele também reforça que qualquer questão pode ser esclarecida novamente quando necessário, e agradece a presidente. A Vereadora Michelle solicita que a presidente convoque ou convide o contador da prefeitura para esclarecer uma situação em relação a uma emenda enviada pelo deputado Samuel Viana. Ela menciona que houve uma troca no destino da emenda, que inicialmente seria para um playground, mas foi alocada para calçamento, e também aborda o questionamento sobre a emenda destinada à saúde. A Vereadora expressa a necessidade de esclarecer esses pontos para a população e para os próprios Vereadores, sugerindo que o contador explique a situação na câmara. O Vereador Antônio esclarece que, enquanto a câmara não tem o poder de convocar o contador da prefeitura, pode fazer um convite para que ele venha à câmara. A Vereadora Michelle lembra que o contador é funcionário da prefeitura, e a presidente confirma que o contador é terceirizado e que verificará se ele pode ser convidado. O Vereador André acrescenta que o contador se colocou à disposição para vir e prestar os devidos esclarecimentos. O Vereador Valdir faz uma reflexão sobre a necessidade de resolver os problemas do município com respeito mútuo entre os Vereadores, evitando a repetição de discussões sem solução, como o caso da dívida do INSS. Ele sugere que o contador, que tem experiência na área, deveria ser convidado

para esclarecer os fatos de forma profissional e objetiva, encerrando esse ciclo de discussões. Valdir também destaca a importância de unir esforços em prol do bem comum, reconhecendo as contribuições passadas de Prefeitos anteriores e enfatizando que a política deve ser voltada para o bem-estar da população, sem ficar apenas criticando ou buscando culpados. Ele ressalta que o objetivo é trabalhar para o progresso do município e cumprir o que a população espera de seus representantes. O Vereador Luciano expressa suas críticas à gestão passada, destacando que, embora algumas coisas tenham sido feitas, muitas outras ficaram pendentes, prejudicando a população. Ele menciona dívidas não pagas, como a do INSS, e critica a falta de ações em várias áreas essenciais, como o cemitério, que estava sendo cobrado há muito tempo. Luciano ressalta que, se alguém for se aposentar agora, pode enfrentar dificuldades devido a essas pendências, e reforça que está falando a verdade, sem intenções de atacar ninguém pessoalmente. Ele também enfatiza que, enquanto Vereador, está comprometido em sempre falar a verdade e trabalhar pelo bem comum, sem esquecer das críticas construtivas. A Vereadora Michelle solicita o encerramento do assunto em discussão, seguindo a sugestão do Vereador Valdir. Ela destaca que já havia feito um pedido para que o contador comparecesse à Câmara para esclarecer a situação das emendas, reforçando a importância de esclarecer as dúvidas de forma clara para a população. Ela também menciona a questão da emenda do playground, explicando que a troca foi feita pelo Prefeito, que substituiu a destinação para o playground por calçamento, especialmente na Rua Carlos Bernardino Arantes. Michelle destaca que essa alteração foi informada por ele após a mudança e que a troca foi realizada com o objetivo de atender às necessidades da comunidade. Ela encerra ressaltando que o mais importante é dar a devida atenção aos problemas da população, focando em condutas sérias e na busca de soluções, ao invés de continuar com discussões desgastantes. O Vereador Pedro Benfica faz uma reflexão sobre a administração municipal, destacando que é fácil criticar os Prefeitos anteriores, mas que é importante lembrar o trabalho que foi realizado. Ele aponta que, quando assumiram a prefeitura, muitos recursos e equipamentos essenciais estavam ausentes, como uma patrol e um caminhão, que foram comprados com dificuldades no passado. Para ele, é natural que o trabalho de uma administração nunca se encerre completamente, e que, quanto mais se faz, mais surgem novos desafios e necessidades. Ele critica a ideia de que os Prefeitos anteriores não fizeram nada, mencionando que vários projetos foram realizados, como a abertura de estradas e a construção de escolas. Pedro destaca que, apesar dos esforços, nunca se conseguirá realizar tudo em um único mandato, já que sempre há mais trabalho a ser feito. Ao abordar a questão das contas da prefeitura, ele esclarece que, apesar de existirem contas a pagar, nenhum Vereador afirmou que as contas ficaram sem serem quitadas. O Vereador reforça a ideia de que, ao assumir a gestão, sempre haverá pendências de administrações anteriores e que o trabalho não tem fim, exigindo que os Vereadores continuem batalhando para atender às necessidades da população. O Vereador Luciano expressa sua discordância com algumas afirmações do Vereador Pedro, mas concorda que, independentemente da administração, sempre haverá trabalho a ser feito. No entanto, Luciano enfatiza que, se seu Prefeito cometer erros ou agir de maneira incorreta, ele cobrará as ações, pois acredita que seu papel é fazer o que é certo para a população. Ele também comenta sobre o Prefeito anterior, afirmando que o considerou injusto, principalmente devido a uma situação envolvendo recursos públicos. Segundo Luciano, o ex-Prefeito levou

dinheiro do povo e foi afastado por isso, e ele não hesitará em criticar qualquer gestão que esteja cometendo atos errados, seja de quem for. O Vereador reafirma que, embora haja sempre algo para ser feito nas administrações, ele manterá sua postura de cobrar e agir em prol do bem do povo, sem defender erros, mesmo que a pessoa envolvida seja um parceiro político. O Vereador Júnior Breder manifesta que o assunto em questão já deveria ter sido resolvido há muito tempo. Ele destaca que, desde sua entrada na Câmara em janeiro, o mesmo tema tem sido debatido repetidamente, sem avanço. Júnior enfatiza que, para resolver a situação, os contadores são as pessoas mais indicadas para explicar os detalhes, pois ele, como Vereador, não tem o conhecimento técnico para tratar do assunto de forma eficaz. Ele também faz um apelo para que as discussões não continuem no mesmo ciclo de acusações, pois isso não levará a nada produtivo. Seu objetivo, como Vereador, é trabalhar pelo bem do município e ajudar a avançar, não ficar preso em debates sem resolução. Por fim, ele sugere que seja feito um convite aos contadores para que venham esclarecer as dúvidas de todos, pois é a melhor maneira de resolver a questão. O Vereador Carlos Renato faz uma reflexão sobre a responsabilidade dos Vereadores e Prefeitos atuais, destacando que a gestão anterior falhou em diversos aspectos, o que acabou refletindo na situação atual. Ele lembra que a cobrança recai sobre os Vereadores e Prefeitos, e que se não corresponderem, é possível que sejam substituídos nas próximas eleições. Renato também reforça a importância do respeito entre todos, independentemente de divergências políticas, já que a política é passageira, mas o respeito deve ser permanente. A presidente encerra a sessão, agradecendo a presença dos Vereadores, do público presente e daqueles que assistem à sessão de casa, desejando uma boa noite a todos.

